



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CRISTIANE LIMA DOS SANTOS

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NO CONTEXTO
ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESCOLA
MUNICIPAL SANDRA CAVALCANTI (CAMPINA GRANDE/PB)**

CAMPINA GRANDE - PB

2017

CRISTIANE LIMA DOS SANTOS

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NO CONTEXTO
ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESCOLA
MUNICIPAL SANDRA CAVALCANTI (CAMPINA GRANDE/PB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I – Campina Grande - PB.

Orientadora: Profa. Me. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas.

CAMPINA GRANDE – PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237t Santos, Cristiane Lima dos
O trabalho do assistente social com as famílias no contexto escolar [manuscrito] : a experiência do estágio supervisionado na Escola Municipal Sandra Cavalcanti (Campina Grande/PB) / Cristiane Lima dos Santos. - 2017.
30 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.
"Orientação: Prof. Ma. Bárbara da Rocha Figueiredo Chaves, Departamento de Serviço Social".

1. Educação. 2. Família. 3. Serviço Social. 4. Assistência social. 5. Relação família-escola. I. Título.

21. ed. CDD 371.192

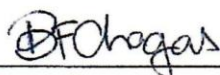
CRISTIANE LIMA DOS SANTOS

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NO CONTEXTO
ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESCOLA
MUNICIPAL SANDRA CAVALCANTI (CAMPINA GRANDE/PB)**

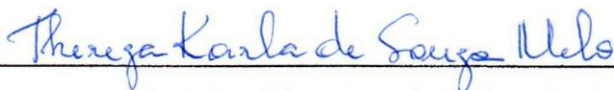
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo Curso
de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB –
Campus I – Campina Grande - PB.

Aprovado em: 14 / 08 / 2017.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Me. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Me. Thereza Karla de Souza Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Drª. Maria Noalda Ramalho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Gratidão a Deus, que em sua infinita misericórdia e amor zelou por mim. A minha família e amigos que sempre se fizeram presentes, em especial aos meus pais. Minha mãe, que sempre me ensinou a ter fé, esperar pacientemente e acreditar que minha hora iria chegar. Ao meu pai, exemplo de homem batalhador e honesto, que sempre me incentivou a ser alguém na vida.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 2. FUNDAMENTOS CRÍTICOS DA EDUCAÇÃO E O PAPEL DAS FAMÍLIAS NO CONTEXTO ESCOLAR..... | 7 |
| 3. O ESTÁGIO NA ESCOLA MUNICIPAL SANDRA CAVALCANTI: A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS..... | 11 |
| 3.1. A realização do estudo socioeconômico das famílias na escola | 13 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 23 |
| REFERÊNCIAS..... | 25 |
| APÊNDICE - Roteiro de Entrevista | 27 |

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NO CONTEXTO
ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESCOLA
MUNICIPAL SANDRA CAVALCANTI (CAMPINA GRANDE/PB)**

Cristiane Lima dos Santos¹

Resumo: A Escola e a família constituem-se como eixos fundamentais para o desenvolvimento humano e por isso é de extrema relevância que sejam implementadas ações que assegurem a aproximação entre essas duas instituições. O presente artigo é resultado de uma experiência de estágio supervisionado, que aconteceu nos períodos 2016.1 a 2016.2, na Escola Municipal Sandra Cavalcanti, no município de Campina Grande- PB. Constitui-se de um estudo que se caracteriza como uma reflexão teórica elaborada a partir da análise de autores que abordam a temática da educação numa perspectiva emancipadora, situada no contexto do capitalismo e as relações desta com a família e a escola. Apresenta, ainda, resultados da intervenção de estágio, que através de um roteiro de entrevista semi-estruturada, realizou a coleta de dados para o estudo socioeconômico. Foi realizada uma leitura crítica dos dados coletados objetivando situar e apontar algumas possibilidades de operacionalização do trabalho do profissional do Serviço Social e a mediação que esse profissional pode realizar na relação família-escola.

Palavras-Chave: Educação. Família. Serviço Social. Estudo Socioeconômico.

1. INTRODUÇÃO

A família é o lugar onde se ouvem as primeiras falas, com as quais se constrói a autoimagem e a imagem do mundo exterior (SARTI, 2011), nela aprende-se a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas e, com isso, funciona como uma base necessária para o desenvolvimento dos sujeitos, sendo responsável por suas necessidades básicas. Assim como as famílias, a escola contribui para o processo de formação intelectual e cultural dos sujeitos sociais e por isso se torna necessária a parceria dessas duas instituições, numa perspectiva de trabalho em prol do desenvolvimento das crianças e adolescentes. Na concepção das autoras Dessen e Polonia (2007, p. 22):

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: crislimasvs@hotmail.com

Família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

O fortalecimento dos vínculos das famílias, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, assim como a articulação com as famílias e a comunidade, para que se criem processos de integração da sociedade com a escola, estão estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de dezembro de 1996. O que garante às famílias que esses direitos devem ser assegurados no contexto escolar.

Com isso, a escola deve se comprometer a estreitar essa integração e atrair as famílias para o cotidiano escolar, em benefício do crescimento conjunto. Segundo Portes e Orłowski (2001, p. 168), trabalhar com a família exige a compreensão histórica, social, política e econômica do seu cotidiano e suas relações sociais. Portanto, nesse contexto, o Serviço Social é chamado a intervir na efetivação dos direitos sociais e garantir um acompanhamento efetivo da família na dinâmica escolar.

A construção do fortalecimento na relação família e escola depende de um trabalho em que o Serviço Social é parte importante. Apto a identificar as expressões da “questão social” que perpassam o cotidiano escolar, o profissional do Serviço Social pode propor um estudo referente às questões que impedem uma profícua e satisfatória relação da família com a escola e em seguida propor intervenções para que essas questões sejam enfrentadas.

Buscando compreender como se configura essa relação e como o Serviço Social pode intervir, diante da atual conjuntura de crise na Educação e da precariedade da profissão, realizamos uma pesquisa bibliográfica e empírica em torno da temática e os resultados foram divididos em duas seções.

Na primeira foi realizado o estudo bibliográfico das relações sobre a educação no sistema capitalista e as relações desta com a família e a escola, do ponto de vista crítico, analisando a educação no contexto da luta de classes. E a segunda apontará para um relato de experiência do estágio supervisionado, na Escola Municipal Sandra Cavalcanti, no período letivo de 2016.1 e 2016.2, onde foi desenvolvida uma intervenção através de um estudo socioeconômico das famílias, já que este se constitui enquanto elemento indispensável de análise no contexto escolar.

2. FUNDAMENTOS CRÍTICOS DA EDUCAÇÃO E O PAPEL DAS FAMÍLIAS NO CONTEXTO ESCOLAR

No decurso da história, o conceito de família assumiu as mais variadas significações e acompanha as transformações decorrentes do processo de modernização da sociedade. De acordo com Miotto (1997, p. 128), “a família, hoje, não é mais vista como um sistema privado de relações, ao contrário, as atividades individuais e coletivas estão intimamente ligadas e se influenciam mutuamente”. Com isso, aponta-se para a necessidade de compreender as diferentes configurações familiares, num contexto de conflitos de valores antigos e a partir da necessidade de se estabelecer as novas relações.

Miotto (1997) sinaliza que a família está inserida num contexto social, e está historicamente condicionada e articulada com essa estrutura na qual está inserida. Sendo assim, a família é entendida como uma base de interesses social de uma determinada sociedade, visto que está alocada num macrosistema de interesses.

O papel da família com a escolaridade das crianças e adolescentes, assim como a importância da sua presença no espaço escolar estão evidenciados na legislação brasileira. Na Constituição Federal de 1988, o artigo 205 destaca que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 123).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, determina em seu artigo 2º, que a educação é um dever da família e do Estado e que deve ser dirigida nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Analisando o que propõe a legislação, observa-se que a educação no Brasil, como em toda sociedade capitalista, tem a tendência hegemônica de reproduzir a lógica do capital e os conceitos de liberdade e cidadania estão inseridos nessa mesma ótica dominante.

Partindo da perspectiva marxista, Tonet (2016) analisa o conceito de cidadania, interrogando inicialmente se este poderia ser aceito como um sinônimo de plena liberdade humana. Em seguida assinala que a cidadania sempre foi vista como um instrumento para equilibrar as desigualdades sociais e jamais intencionou erradicar essas desigualdades existentes na sociedade.

As desigualdades sociais seriam apenas o desdobramento da igualdade e da liberdade naturais. A busca da realização pessoal, uma exigência da liberdade e da igualdade naturais, teria dado origem a toda sorte de conflitos que, na ausência de qualquer elemento inibidor, poderiam pôr em perigo a sobrevivência da própria humanidade. Por isso mesmo, os homens ter-se-iam visto obrigados a se organizar em sociedade e a instituir uma autoridade (Estado) capaz de garantir a observância de certos limites. Deste modo, a desigualdade social é considerada legítima e constitutiva do mundo humano. Tratava-se, pois, não de suprimi-la, o que seria impossível, mas apenas de coibir os seus excessos (TONET, 2016, p. 61).

Partindo ainda das análises de Tonet (*idem*), considera-se que em uma sociedade de classes o que predomina é o interesse das classes dominantes, e é esse interesse que se configura como fator determinante para que a educação se estruture com seu caráter predominantemente conservador. Nesse sentido, não há como os sujeitos desfrutarem de uma liberdade integral, menos ainda, alcançar o pleno desenvolvimento humano, já que, na perspectiva do capital, os acessos são limitados não só quanto ao número de pessoas, mas também na qualidade da educação que é oferecida. Não é priorizada a realização plena dos indivíduos, nem tampouco sua emancipação. A educação brasileira subordina-se para atender os interesses do capital e não para formar cidadãos críticos e conscientes do papel que desempenham na sociedade.

A política de educação, de acordo com Gramsci (*apud* MARTINS, 2012), deveria ser palco de disputas de diferentes projetos societários, mas passa a ser instrumento de afirmação da hegemonia política e cultural dominante e da capacitação da força de trabalho para atender às exigências do capital. E a educação assume, sob o viés capitalista, lugar de destaque no mundo contemporâneo. Atinge *status* prioritário no cenário mundial, sendo preconizada por vários organismos internacionais (especialmente o Banco Mundial), que realiza acordos com países periféricos visando à inserção desses na nova ordem mundial.

Apesar de Marx não ter realizado estudos profundos sobre a educação, ele assinala em seus textos que ela pode ser utilizada como uma via de possibilidade para que se ultrapassem os limites impostos pela burguesia, ou seja, através da educação, no sentido da formação intelectual e do conhecimento da realidade, poderemos romper com a alienação.

Se levarmos em conta as transformações que estão ocorrendo nas últimas décadas no mundo do trabalho e a crise do sistema capitalista, entendemos que a educação atualmente não consegue responder às necessidades da sociedade e isso acaba resultando também numa crise. Visto que a esfera da educação se reproduz e se desenvolve no interior do capital.

A crise na educação, assim como em todos os setores sociais, vem revelando uma inadequação da forma anterior da educação frente às exigências do novo padrão de produção

e das novas relações sociais, segundo Tonet (2016). Neste sentido, o autor analisa que as teorias, os métodos, as formas, os conteúdos, as técnicas, as políticas educacionais postas em prática anteriormente já não permitem preparar os indivíduos para a nova realidade.

Para tanto, é necessário que tenhamos tanto a família como a escola, juntas nesse processo de preparação dos indivíduos para o enfrentamento da sociedade de hoje, que não é mais a sociedade do saber fechado e estático.

O papel fundamental da escola não poder ser voltado para proporcionar à grande massa apenas os requisitos mínimos para uma inserção rápida no mercado de trabalho, enquanto as elites privilegiadas desfrutam de uma educação de qualidade. O ensino nas escolas deveria contemplar a preparação dos estudantes – independentemente de classe social – para uma inserção na sociedade de modo crítico e consciente.

Para que isso aconteça, Tonet (2016) aponta para a necessidade de se educar o educador, desenvolvendo nele um desejo de mudança, que o faça intervir conscientemente nos processos de transformações estruturais que alimentam a ordem econômica capitalista. Para isso, é indispensável que essa consciência revolucionária se desenvolva atrelada à realidade objetiva de um determinado momento histórico, dada a complexidade das determinações econômicas encontradas no capitalismo.

Recentemente, o Governo Federal apresentou à sociedade uma contrarreforma que agrava ainda mais o cenário da educação no Brasil. Na intenção de superar mais uma crise do capital, em meio a um contexto de crise política, o Projeto Escola Sem Partido, Lei nº 867/2015, propõe mudanças no currículo do ensino médio, com vistas a eliminar a discussão ideológica no espaço escolar, propondo que haja uma “neutralidade” dos conteúdos que serão repassados em sala de aula. Tais mudanças no ensino pretendem limitar as discussões, o senso crítico, o saber e pretendem direcionar ainda mais os jovens para o mercado de trabalho, através de cursos técnicos, num processo de formação tecnicista e acrítico.

Essas e outras reformas na política de educação, respondem às necessidades de um novo perfil da política de educação brasileira, de atender aos imperativos da associação submissa do país ao processo de globalização neoliberal em curso no mundo capitalista.

Apesar de todos os esforços realizados para a precarização do ensino, principalmente o público com a finalidade de valorizar os setores privados e desresponsabilizar o Estado frente aos problemas sociais existentes, acredita-se ainda que a saída para a educação seja a busca pela emancipação da sociedade. Tonet (2016), afirma que:

Propor, hoje, uma “educação emancipadora” não pode passar da simples projeção de um desejo, de um discurso humanista abstrato. O que é possível fazer, hoje, a nosso ver, são atividades educativas que apontem no sentido da emancipação (além, obviamente, da disputa com o capital no terreno das políticas educacionais [...]. É melhor fazer pouco na direção certa, do que muito na direção errada [...]. Sua realização, porém, depende do que anda na cabeça das pessoas. Pois é lá que estão as ideias, os conhecimentos, os valores, as convicções que permitem fazer escolhas. (TONET, 2016, p. 39).

Para que se construa uma educação com uma perspectiva emancipadora, é preciso que sujeitos sociais conscientes de seus papéis, estejam dispostos a lutar diante das contradições postas, de forma articulada e coletiva. Almeida (2011) discute que a educação é uma dimensão da vida social, seu campo educacional é amplo, constituído por instituições diversas, que tem funções históricas de sociabilidade e educação, como: a família, os movimentos associativos, as instituições religiosas, as escolas, entre outros. Essas instituições devem atuar juntas na intenção de contribuir para que tenhamos uma educação capaz de elevar a consciência dos indivíduos e que também colabore para a efetivação de uma subjetividade para além da perspectiva do capitalismo.

Mas, para isso, é preciso pensar a educação na perspectiva da totalidade e compreender que as diferentes dimensões que compõem a vida social mantêm com o trabalho uma relação de dependência ontológica, de autonomia e de mútuas determinações. Além disso, analisar que o capitalismo possui estratégias para a manutenção orgânica de sua estrutura e é responsável por doutrinar os indivíduos nos paradigmas de sua produção. Nesse sentido, Mészáros (2005) aponta que é inviável esperar que os indivíduos desenvolvam uma consciência de classe espontaneamente:

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como “reificação”) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social. (p. 59).

Nesse sentido, Mészáros (idem) discute que as transformações sociais não estão sujeitas às boas intenções que um indivíduo possui numa determinada sociedade, mas de mudanças estruturais. Por isso, para que se projete uma sociedade emancipada, é indispensável que haja uma mobilização em torno da discussão, através da formação de uma consciência atrelada à superação da ordem estabelecida. É nesse sentido que a educação se

configura como um fator decisivo no processo de transformação social, inclusive, no que diz respeito a uma possível superação da ordem estabelecida.

É no marco da política da educação, caracterizada de forma tão complexa, que foi desenvolvida a experiência de estágio obrigatório. Diante disso, buscamos realizar uma intervenção em torno das relações sociais existentes entre família e escola a partir da coleta de dados dos perfis socioeconômico das famílias, buscando compreender as particularidades desta instituição e visualizando de que forma o Serviço Social pode contribuir nesse processo. E é disso que trataremos a seguir.

3. O ESTÁGIO NA ESCOLA MUNICIPAL SANDRA CAVALCANTI: A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS

A experiência de estágio funciona como uma importante possibilidade do aluno conhecer os espaços profissionais que compõem as áreas de trabalho de sua profissão. Oportuniza ao estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnica-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão. Em 2008, o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social instituiu a Resolução nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Entende-se:

[...] que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica. (CFESS, 2008, p. 02).

O estágio obrigatório em Serviço Social é dividido em três etapas: observação, observação participante e intervenção. A primeira etapa é mais do que necessária, pois a ação profissional só é qualificada quando o profissional conhece o espaço institucional, e com os estagiários não pode ser diferente. Nas etapas seguintes o estagiário já consegue participar das ações realizadas e por fim é possível elaborar o projeto capaz de intervir em uma demanda observada no espaço institucional de forma consciente.

A Escola Municipal Sandra Cavalcanti, campo de estágio em questão, foi fundada e inaugurada no dia 30/09/1965, na administração do Prefeito Willians Arruda, na cidade de Campina Grande-PB. Funciona nos turnos manhã e tarde em quatro salas de aulas, com turmas do 1º ao 5º ano, turmas de Educação Infantil e também com o Programa Novo Mais Educação, que juntos somam 287 alunos matriculados, com idade entre quatro a onze anos.

Na escola existe uma pequena sala multiprofissional, onde acontece um trabalho interdisciplinar com a equipe de técnicos, composta por uma assistente social, uma psicóloga e duas orientadoras educacionais. Além do quadro de docentes (nove professoras), três cuidadoras, sete funcionários e a equipe administrativa.

De acordo com alguns dados presentes no Projeto Político Pedagógico da escola, a maioria dos usuários do Serviço Social dessa instituição, possuem pouca escolaridade, estão desempregados ou trabalham em serviços informais, sendo raros os casos de responsáveis com carteira assinada. Os alunos que moram com os avós são sustentados pela aposentadoria (um salário mínimo) e complementos com serviços informais (como a reciclagem de materiais ou agricultura). As moradias são em bairros próximos a escola, com acesso a saneamento básico e a Postos de Saúde. Cerca de seis alunas/os moram em comunidades de assentamentos rurais chegando à escola através de ônibus escolares.

Durante o período de observação de estágio, foi possível identificar diversas possibilidades de atuação para o profissional de Serviço Social, mas elegemos um: o trabalho com as famílias no contexto escolar. Visualizamos nessa temática uma oportunidade de contribuição do estágio curricular para a dinâmica escolar e é sobre isso que discutiremos a seguir.

A problemática foi identificada a partir de uma avaliação das reuniões realizadas com os pais e/ou responsáveis dos alunos no início do ano. A Assistente Social supervisora de campo notou uma queda na frequência das famílias nessas reuniões, em relação aos anos anteriores, e isso gerou um questionamento interno sobre quais motivos estariam afastando os pais e/ou responsáveis dessas reuniões e, conseqüentemente, da escola.

Outro fato que chamou a atenção é o monitoramento que a escola realiza em relação à frequência escolar dos alunos – todos os dias a profissional de Serviço Social frequenta a sala de aula e procura saber quantas crianças faltaram – em seguida liga para a família do aluno infrequente e se for o caso, realiza uma visita domiciliar (através de meios próprios, quando é possível) a fim de garantir que a criança não falte mais e, com isso, manter o vínculo com as famílias, impulsionando a responsabilidade de cada uma em levar o aluno (a) para a escola.

Apesar dos esforços realizados, muitas das vezes a operacionalização das práticas profissionais é dificultada pela precarização nas condições de trabalho e também pela alta demanda que chega ao Serviço Social. Em decorrência disso, o profissional não consegue garantir que as ações citadas anteriormente sejam realizadas efetivamente e os resultados podem ser visualizados no frequente aumento das faltas coletadas e, principalmente, no distanciamento colocado entre escola e família.

3.1.A realização do estudo socioeconômico das famílias na escola

Pensando em uma forma de promover a participação das famílias na escola, elaboramos o projeto que teve como objetivo principal, fortalecer o processo de integração das famílias no contexto escolar, para que fossem estabelecidos os vínculos necessários a essa relação. Mas, para que o objetivo principal desse projeto fosse alcançado, precisávamos apreender as principais demandas das famílias, relacionadas a esse processo e apresenta-las à gestão escolar. A partir dos resultados coletados, o trabalho seria voltado para impulsionar o diálogo com a gestão escolar, a fim de melhorar o relacionamento família-escola.

Deste modo, o meio mais eficaz para realizar essa intervenção, foi através do trabalho com o Serviço Social, já que este profissional é qualificado para o enfrentamento das demandas relacionadas à “questão social”. E, estando o assistente social apto a lidar com essas questões, ele pode intervir junto a estas refrações para enfrentar os problemas de violência, preconceito, pobreza, baixo rendimento escolar, faltas recorrentes que se configuram posteriormente num processo de evasão ou repetência escolar e trabalhar também no atendimento às famílias para lidar com essas questões e outras que estão presentes no cotidiano escolar e social dos alunos.

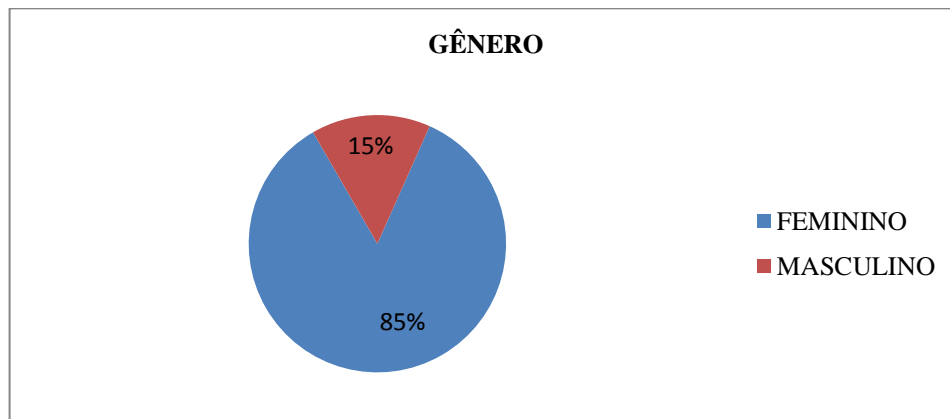
O trabalho de coleta de dados foi realizado pela equipe do Serviço Social, impulsionado pela intervenção de estágio. Resolvemos ouvi-los através de diálogos individuais, projetando a realização de um estudo socioeconômico, enquanto um importante instrumento do assistente social, utilizado para identificar o perfil das famílias, intencionando também conhecer quais seriam as críticas e anseios das famílias em relação à dinâmica escolar, efetivando uma mediação sobre a importância do estabelecimento dos vínculos entre essas duas instituições.

As abordagens individuais e a atuação junto às famílias são bastante necessárias e estratégicas ao trabalho profissional, visto que delas dependem muito a capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação, como também de sua maior visibilidade no âmbito da política educacional, mas não devem constituir na única modalidade de intervenção profissional. (CFESS, 2011- 2014, P.52)

O estudo socioeconômico se constitui enquanto elemento indispensável no contexto escolar, pois através dele é possível mapear a realidade socioeconômica das famílias atendidas, orientar e subsidiar decisões e ações, possibilitando a coleta de dados e informações da realidade sócio familiar de cada responsável pela criança e das manifestações da “questão social” que afetam suas relações. Os principais indicadores do estudo socioeconômico são: escolarização, renda familiar, número de membros residentes no domicílio, situação de moradia, profissão, etc.

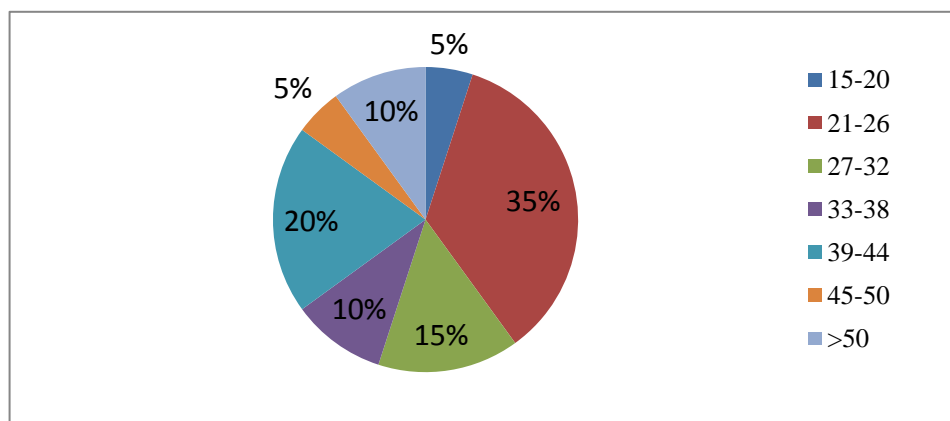
O público alvo do projeto foram as famílias dos alunos do turno da manhã, das mais variadas turmas, PRÉ I e II, 4º e 5º ano, durante o período de 20 à 24 de março de 2017. Apresentamos a proposta da pesquisa e alguns se propuseram a participar. Foram aplicados 20 (vinte) questionários de forma aleatória e a aplicação foi realizada no momento em que os responsáveis pelos alunos iam buscá-los na escola, no momento da saída. Apresentamos, a seguir, o resultado da sistematização dos dados coletados e sua consequente análise.

O gráfico abaixo se refere ao gênero em que a pessoa entrevistada se identifica. Nota-se que 85% dos responsáveis pelas crianças são mulheres e a elas é atribuída a função de levar e buscar as crianças na escola, todos os dias da semana. Uma problemática existente não apenas no âmbito educacional, como também em todos os setores da sociedade. Atribui-se à mulher a responsabilidade sobre os lares e a família e isso leva, muitas vezes, a que as mães fiquem desempregadas ou no trabalho informal, porque com a rotina de levar e buscar os filhos e pelo horário da escola, fica inviável ter um emprego formal. Daí a importância, por exemplo, de escola em tempo integral, para que as mães possam trabalhar e melhorar a renda familiar.

Gráfico 1 – Distribuição dos entrevistados por gênero

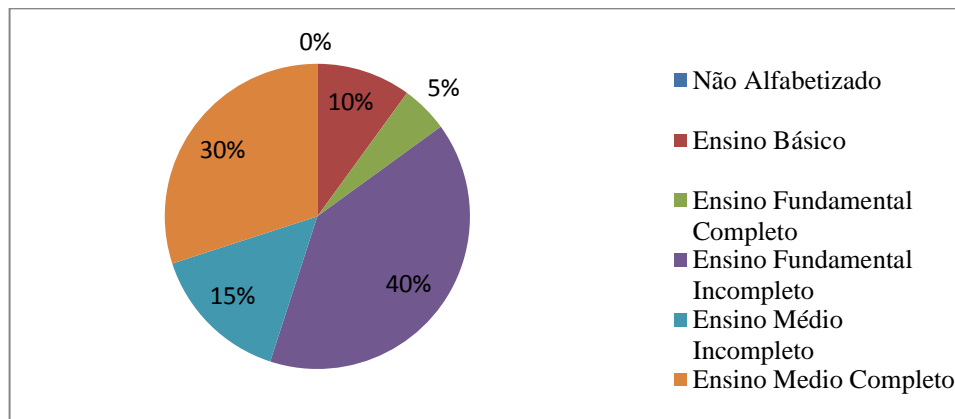
Fonte: Estudo socioeconômico (2017)

O gráfico abaixo destaca a idade dos responsáveis pelas crianças: 5% possuem entre 15 a 20 anos; 35% de 21 a 26; 15% possuem entre 27 e 32 anos; 10% de 33 – 38; 20% de 39-44; 5% de 45-50 e 10% acima de 50 anos.

Gráfico 2 – Distribuição dos entrevistados por idade

Fonte: Estudo socioeconômico (2017)

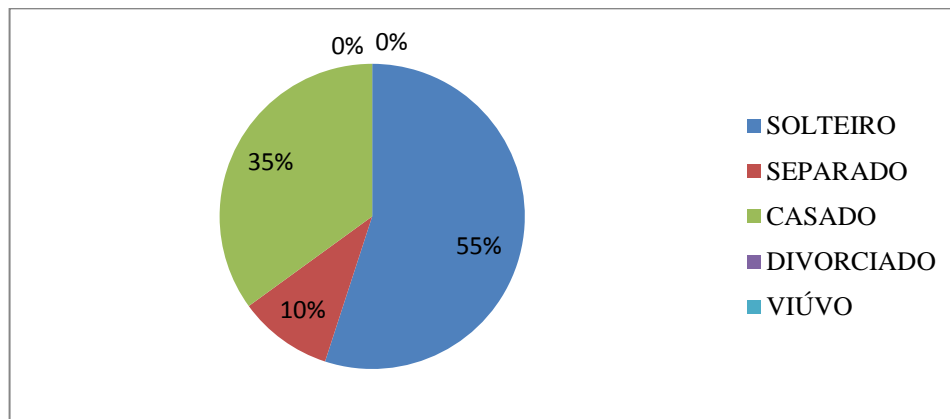
Observamos que existem as mais variadas faixa-etária e isso também precisa ser levado em consideração no momento de operacionalizar o trabalho, além do fato de que a maioria dos entrevistados está em idade para trabalhar, mas não está inserida no mercado, como veremos em um dos gráficos a seguir.

Gráfico 3 - Distribuição dos entrevistados por escolaridade

Fonte: Estudo socioeconômico (2017)

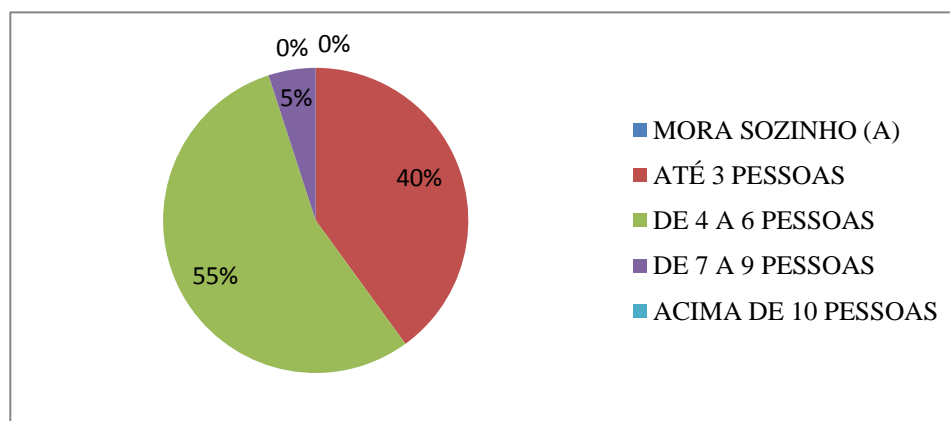
No gráfico acima, podemos identificar que todos os entrevistados são alfabetizados, entretanto consideramos a existência significativa do analfabetismo funcional no cenário nacional. Principalmente se levarmos em conta os números seguintes, que não são tão positivos quanto o primeiro: 10% dos entrevistados só possuem o ensino básico, 5% concluíram o ensino fundamental e 40% sequer concluiu o ensino fundamental, 15% possuem ensino médio incompleto e apenas 30% o concluíram.

Esses dados podem ser considerados reflexos de uma realidade existente no contexto familiar, na qual identificamos na maioria das vezes que filhos de pais que não tiveram acesso à educação, acabam sofrendo as mesmas consequências do sistema, dada as condições que essa educação lhe é oferecida. Pois embora haja escolas e vagas disponíveis, muitas vezes não é dada a condição de permanência, e também o elemento da crise da educação leva a um desestímulo da família e da criança.

Gráfico 4 – Distribuição dos entrevistados de acordo com o Estado Civil

Fonte: Estudo socioeconômico (2017)

Considerando que 85% dos responsáveis pelas crianças são mulheres e que 55% desses responsáveis estão solteiras, conforme demonstra o gráfico acima, podemos concluir que uma das características das famílias entrevistadas é que elas são em sua maioria chefiadas por mulheres. Isso gera um excesso de responsabilidades para a mulher, tem relação com a baixa renda familiar, com a impossibilidade de a mulher trabalhar, etc. E conseqüentemente, dificulta o acompanhamento escolar da família em relação ao aluno, principalmente se considerarmos os tamanhos das famílias tal como o gráfico abaixo demonstra.

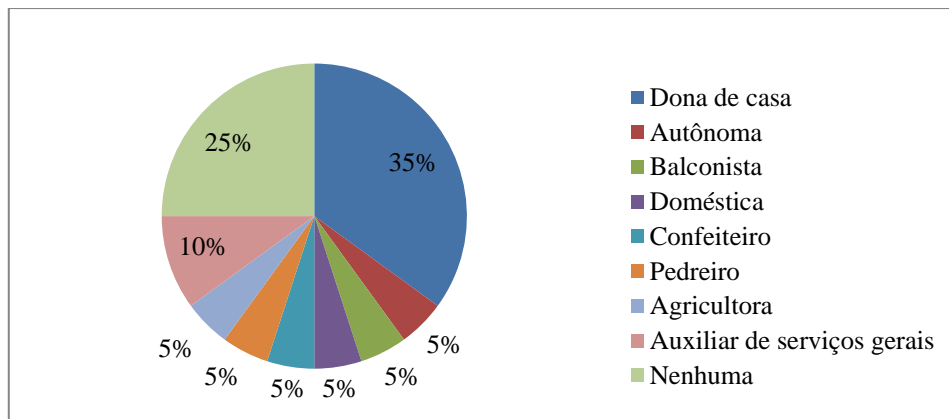
Gráfico 5 – Distribuição dos entrevistados de acordo com o número de membros da família

Fonte: Estudo socioeconômico (2017)

O gráfico acima aponta para um quadro de famílias numerosas. 40% das famílias são compostas por até 3 pessoas; 55% de 4 a 6 pessoas e ainda temos 5% das famílias compostas de 7 a 9 pessoas. Levando em consideração a renda familiar e quantidade de pessoas que

constituem as famílias entrevistadas, percebemos que há um quadro de pobreza e de vulnerabilidade social.

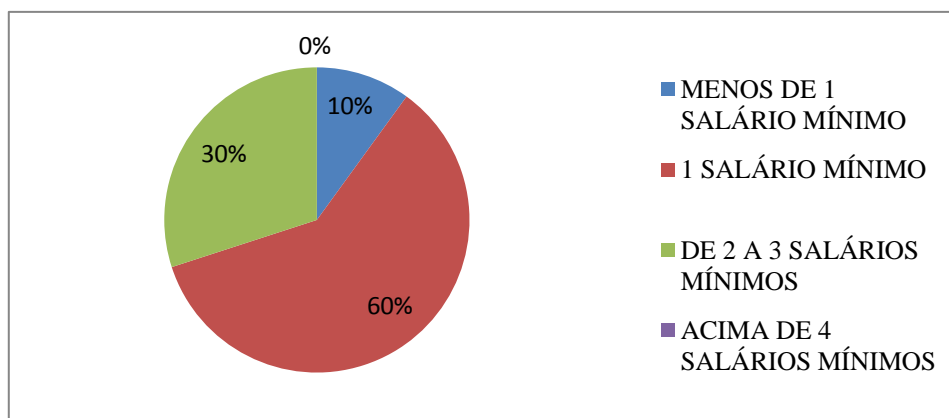
Gráfico 6 – Distribuição dos entrevistados de acordo com a profissão



Fonte: Estudo socioeconômico (2017)

O gráfico acima aponta para mais um elemento que reafirma a característica familiar supramencionada. Ou seja, a maior faixa de mulheres é desempregada, “dona de casa” (35%), somando aos 5% de autônomas e os 25% que afirmam não ter nenhuma profissão, tem-se total 65% de mães que não estão inseridas no mercado de trabalho formal. E, considerando a renda familiar, que é baixa, conforme o gráfico abaixo, se percebe que a não ocupação não tem a ver com a não necessidade, mas muitas vezes com a impossibilidade de trabalhar, seja pela falta de emprego, seja por não ter com quem deixar os filhos para tal.

Gráfico 7 – Distribuição dos entrevistados de acordo com a renda familiar

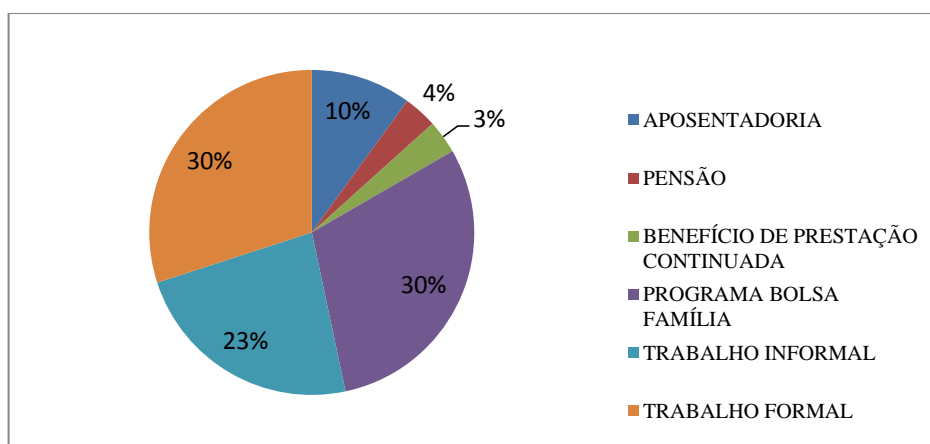


Fonte: Estudo socioeconômico (2017)

A realidade da renda familiar se configura como um importante indicador de vulnerabilidade social, e por isso exige uma atenção tanto da Política de Assistência Social quanto da Política de Educação. Os profissionais envolvidos no contexto das duas políticas precisam realizar um trabalho interdisciplinar, entendendo que as demandas existentes no ambiente profissional irão aparecer de forma altamente relacionada e por isso é muito importante que estejam atentos para perceber e fazer os encaminhamentos necessários.

De acordo com o gráfico acima a maioria das famílias (60%) vive com apenas um salário mínimo por mês, enquanto 10% se encontram em condições ainda mais precárias, sobrevivendo com menos que um salário e apenas 30% dos entrevistados conseguem atingir o valor de dois a três salários mínimos ao mês.

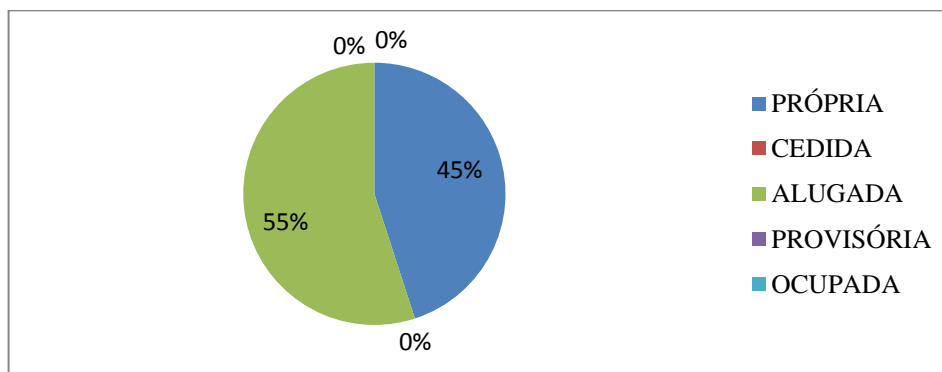
Gráfico 8 – Distribuição dos entrevistados de acordo com a origem da renda:



Fonte: Estudo socioeconômico (2017)

A partir do gráfico acima o assistente social poderá fazer o levantamento das famílias que se enquadram nos critérios para receber os benefícios do Governo Federal e realizar os encaminhamentos necessários, já que identificamos que 60% vivem com apenas 1 (um) salário mínimo, 10% com menos que isso e apenas 30% são atendidas pelo programa bolsa família e 3% recebem o benefício de prestação continuada (BPC).

Gráfico 9 – Distribuição dos entrevistados de acordo com a situação de moradia



Fonte: Estudo socioeconômico (2017)

Nota-se acima que existem apenas duas situações de moradia: a própria, que corresponde a 45% do total e a alugada, que corresponde a maioria: 55%. Esse quadro configura uma demanda ao Serviço Social, pois as famílias que vivem em casas ou apartamentos alugados costumam se mudar frequentemente, o que acaba dificultando a localização e a atualização no banco de dados da instituição e o acompanhamento familiar através de visitas domiciliares.

Diante do exposto, é importante analisar através dos perfis socioeconômicos das famílias, os fatores que recaem sobre as dificuldades da família em ter um papel mais presente na vida escolar das crianças. É necessário problematizar as expressões da “questão social” presentes no cotidiano familiar, levando em consideração que as expressões rebatem no campo do trabalho como uma consequência do sistema que fundamenta o capitalismo e aparece no sujeito individual e/ou coletivo em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

De acordo com Santos (2012), o assistente social deve procurar a desmistificação dos conceitos de família presentes na sociedade, e agir interventivamente nas suas demandas, procurando possibilitar a sua emancipação e autodesenvolvimento. Analisando que a atuação desse profissional junto às famílias se configura como um aspecto decisivo na resolução de problemáticas, auxiliando também na sua vinculação com a família e com a escola para potencializar as oportunidades de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. A autora afirma ainda, que:

Deve-se apreender a família do ponto de vista teórico, com um pensamento crítico desvelado à realidade, analisando as relações de totalidade e, principalmente, considerando as determinações históricas, para não culpabilizá-la e nem fazer uma psicologização das questões que são sociais. Para se ter uma visão crítica de família, é preciso analisá-la como uma construção histórica. A ação do assistente social deve

ser transformadora, buscando a emancipação e o autodesenvolvimento da família. O profissional deve atuar nas demandas, sendo que as mesmas deverão providenciar respostas (SANTOS, 2012, p. 3).

É no âmbito da família que se encontra o maior número de demandas, e é nela também que deve estar a ação do assistente social, lutando pela participação social, emancipação, autonomia, desenvolvimento dos sujeitos sociais e, principalmente, pela ampliação dos direitos sociais e da cidadania, investindo assim nas potencialidades dos usuários, caminhando sempre na busca da liberdade política, econômica e cultural.

Além dos resultados expostos nos gráficos acima, o questionário apresentava questões abertas, que objetivavam coletar de forma mais detalhada as informações que apontam para a relação das famílias no espaço escolar e quais os anseios e perspectivas destas em relação à educação da criança.

A maioria dos responsáveis entrevistados demonstrou acreditar que a escola está preparada o suficiente para atender as necessidades educacionais das crianças, fazem referência à qualidade dos profissionais e o cuidado que esses têm com seus filhos.

Apesar disso, alguns pais/responsáveis apontaram alterações que julgam necessárias, no que concerne à estrutura da instituição, como, por exemplo, um ambiente para as crianças brincarem. Ao serem questionados sobre o que a escola poderia fazer para melhorar o relacionamento entre eles, alguns assinalaram a importância das reuniões, mas sugerindo que elas não sejam “cansativas” nem “demoradas” e que ocorram de forma “prática”. Uma mãe falou que sente falta dos diálogos com os professores da escola e que com a correria do dia-a-dia deixa muitas questões passarem despercebidas na relação com seu filho, no que se refere à escola.

Ainda sobre as reuniões, quatro pessoas apontaram para a importância de adequar os horários das reuniões aos horários que fossem melhor para as famílias, pois de acordo com eles, os horários que a escola dispõe impossibilitam participação de alguns dos responsáveis. Outras duas sinalizaram a necessidade de que haja uma melhoria na comunicação, inclusive entre os pais. Isso sugere a possibilidade da criação de uma rede, fazer com que os pais compartilhem suas necessidades de forma coletiva, acompanhados pelo profissional de Serviço Social.

Atualmente, a maneira pela qual ocorre a participação dos pais na escola é através das reuniões que acontecem de três em três meses, festas anuais, entrega de boletins ou quando

convidam os responsáveis para discutir problemas indisciplinados, com alguns alunos específicos, de forma isolada, particular e burocrática. Deixando para segundo plano a possibilidade de haver troca de informações e a oportunidade de uma comunicação construtiva que possibilite aos pais a inclusão e a responsabilidade no processo educacional dos filhos.

O Serviço Social pode contribuir, desempenhando um papel intelectual, político e educativo, fundamentando-se numa prática multidisciplinar e politizada que oportunize e garanta um acompanhamento efetivo da família na dinâmica escolar. Promovendo palestras esclarecedoras sobre os papéis das famílias na sociedade atual, destacando a importância de sua participação no dia a dia escolar, informando-as e ajudando a refletir sobre a educação e suas lutas diárias sem desconsiderar o perfil socioeconômico das famílias e dos responsáveis pelas crianças, o que certamente impõe alguns limites.

Além disso, é importante destacar que o estudo socioeconômico compõe a metodologia de trabalho do assistente social e se configura enquanto competência do profissional, conforme Art. 4º da Lei 8.662, de 7 de junho de 1993. Instrumentaliza a prática profissional, viabiliza o conhecimento das condições de vida dos usuários, auxilia na implementação de programas e serviços e, principalmente, delinea o perfil dos sujeitos, facilitando a compreensão e a intervenção sob a ótica da equidade e da justiça social. Miotto (*apud* GRACIANO e LEHFELD, 2010, p. 158) assinala que:

Abordar o tema – estudos socioeconômicos – no âmbito do Serviço Social remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações.

A partir da análise dos resultados, o Serviço Social ficou com a incumbência de subsidiar as decisões e ações juntamente com a gestão escolar, levando em consideração as informações coletadas a respeito da realidade sócio familiar e as questões que afetam suas relações, especialmente em seus aspectos socioeconômicos e culturais. Em seguida, discutir em conjunto com pais, professores e gestão escolar ações que possibilitem a socialização de conhecimentos e a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho expôs uma discussão teórica em torno da Política de Educação no sistema capitalista e as relações desta com as famílias e a escola. Assinalando que o papel do ensino nesse sistema beneficia os interesses do capital e a ele não interessa formar cidadãos críticos e conscientes do papel que desempenham na sociedade. Além disso, trouxe algumas contribuições que resultaram da experiência do estágio, sobre o trabalho do assistente social com as famílias no contexto escolar.

Foi destacada a importância do profissional do Serviço Social na escola, intervindo nas expressões da “questão social”, com o apoio do estudo socioeconômico, enquanto instrumento essencial da ação profissional no cotidiano institucional. Com a realização desse estudo, é possível enxergar a família no contexto real/socioeconômico e propor uma ação mais eficaz frente aos problemas sociais que são enfrentados no referido campo, reiterando a importância desse trabalho para desconstruir a perspectiva psicologizante das famílias.

Dada a relevância do estudo socioeconômico na escola, entende-se que este instrumento traria importantes contribuições se incorporado de forma permanente à dinâmica do trabalho do Serviço Social, desde o ato da matrícula, permitindo que o profissional trace metas e objetivos para seu trabalho durante o ano letivo. Essa ação qualifica o trabalho do assistente social e o permite realizar as atividades propostas a partir dos resultados da pesquisa. Como, por exemplo, o levantamento das famílias em situação de risco e encaminhamento para inclusão dessas nos programas sociais; a articulação de grupo de redes com as famílias que facilitaria o acompanhamento e a atualização dos dados em relação à moradia, renda, inclusão no mercado, etc., o que seria, inclusive, uma possibilidade de atrair os pais nas discussões referentes às suas famílias.

Os resultados desse trabalho serão encaminhados e apresentados ao Serviço Social e à gestão escolar da Escola Municipal Sandra Cavalcanti para que possam ter conhecimento sobre as informações levantadas, a fim de que todos compreendam a importância do trabalho do Serviço Social e da dimensão investigativa da profissão. Salientando, ainda, que a incorporação desse instrumento no trabalho do Serviço Social vai subsidiar não só seus próprios encaminhamentos profissionais como também servirá de suporte para a gestão escolar, tanto no atendimento de suas demandas diárias, como também para proporcionar o fortalecimento dos vínculos existentes na relação família-escola.

**THE WORK OF THE SOCIAL ASSISTANT WITH FAMILIES IN THE SCHOOL
CONTEXT: THE EXPERIENCE OF THE SUPERVISED STAGE IN THE
MUNICIPAL SCHOOL SANDRA CAVALCANTI (CAMPINA GRANDE / PB)**

ABSTRACT

The school and the family are essential parts of the basis for human development, and that is why it is so important promote actions to ensure the rapprochement between these two institutions. This article is the result of a supervised internship, which took place during the periods between 2016.1 to 2016.2, at the Sandra Cavalcanti Municipal School, in Campina Grande-PB. This study is characterized as a theoretical reflection based on the analysis of authors who approach the issue of education in an emancipatory perspective, situated in the context of capitalism and its relations with family and school. It also presents results of the internship intervention, which through a semi-structured interview script, carried out the data collection for the socioeconomic study. A critical reading of the collected data was carried out aiming to locate and point out some possibilities of operationalization of the work of the social worker and the mediation that this professional can perform in the family-school relationship.

Keywords: Education. Family. Social service. Socioeconomic Study.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. “Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais”. In: CFESS. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais a Política da Educação**. Brasília, DF, CFESS 2011-2014.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social. **Resolução CFESS 533/2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2007.

GRACIANO M. I. G.; LEHFELD, N. A. S. **Estudo Socioeconômico: Indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea**. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634873/2777>>. Acesso em: 07 de ago. 2017.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp. 2012.

MEDEIROS, J. D. S.; SAIKKONEN, J. N. **Serviço Social na Educação: Algumas aproximações**. s/ano. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anaiseixo15impasse-desafios-das-politicas-de-educacao/servicos-social-na-educacao-algumas-aproximacoes.pdf>>. Acesso em: 27 de jul. 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MIOTO, R.C.T. **Família e Serviço Social**: contribuições para o debate. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 55. São Paulo: Cortez, 1997.

PORTES, F. L.; PORTES, F. M.; ORLOWSKI, R. **Serviço Social, Educação e Família**: possibilidades, desafios e mediações no cotidiano. Olhar de Professor. Ponta Grossa, v.4, nº 1, 2001.

SANTOS, N. S. **Serviço Social e Educação**: Contribuições do Assistente Social na Escola. 2012. <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_015/artigos/pdf/Artigo_10.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2017.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, R. C.; NOMERIANO, A. S.; GUIMARÃES, V. J. B. **Ideologia, Educação E Emancipação Humana**: o desafio histórico de formar a classe trabalhadora. s/ano. Disponível <em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/ideologia-educacao-e-emancipacao-humana-o-desafio-historico-de-formar-a-classe-trabalhadora.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Instituto Lukács. São Paulo, 2016.

_____. A educação numa encruzilhada. In: TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: Edufal, 2016.

APÊNDICE - Roteiro de Entrevista

1. Perfil das Famílias:

❖ Gênero

Masculino () Feminino () Outro ()

• Grau de parentesco:

Pai/Mãe () Avó/Avô () Tio/Tia () Outro () Qual? _____

❖ Idade:

15 – 20 () 21 –26 () 27– 32 () 33– 38 () 39 –44 () 45- 50 () Acima de 50 anos ()

❖ Estado Civil:

Solteiro () Separado () Casado () Divorciado () Viúvo () Outro ()
Qual? _____

❖ Escolaridade:

Não alfabetizado () Ensino Básico () Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Superior Completo () Ensino Superior Incompleto ()

• Profissão:

• Número de Membros da Família:

Mora só () Até 3 pessoas () De 4 a 6 pessoas () De 7 a 9 pessoas
Acima de 10 pessoas ()

• Renda familiar:

Menos de 1 salário Mínimo () 1 salário () De 2 a 3 salários () Acima de 04 salários ()

• A Renda Citada é Originada de:

Aposentadoria () Pensão () Benefício de Prestação Continuada () Programa Bolsa Família () Trabalho Formal () Trabalho Informal () Outros () Qual?

• Situação de Moradia:

Própria () Cedida () Alugada () Provisória () Ocupada () Não informado ()

2. Rotina das crianças e/ou adolescentes:

- O que costumam fazer nas horas vagas:
Brincar Estudar () Ajudar em casa () Assistir TV () Ficar no celular ou computador ()

3. Participação na escola

- Série do aluno (a):
- Incentiva os filhos a frequentar a escola: Sim () Não ()

Se sim, de que forma? _____

- Seu filho (a) já deixou de frequentar ou abandonou a escola alguma vez?
Sim () Não ()

Observação _____

- Você costuma frequentar as atividades realizadas na escola

Sim () Não ()

- Como você avalia a sua relação com os professores da escola:
Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima ()

Observação _____

- Como você avalia a sua relação com a direção da escola:
Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima ()

Observação _____

- Você está satisfeito/(a) com a escola que seu filho (a) estuda? Sim () Não ()
Por que? _____

- O que você acha que deveria mudar na escola para que os pais fossem mais presentes?

- Você teria alguma sugestão para ajudar a escola a melhorar a qualidade do ensino e das relações com as famílias?